

**AO JUÍZO DE FAMÍLIA E DE ÓRFÃOS E SUCESSÕES DA
CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DO GAMA-DF**

- De preto, os textos definitivos;
- De azul, os textos que devem ser preenchidos;
- De vermelho ou verde, opções a serem escolhidas ou de preenchimento opcional

CONVIVENTE DE TAL - nacionalidade, estado civil (sem convívio em união estável // convivente em união estável com XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX), profissão, RG nº xxxxxxxx, SSP/XX, CPF nº XXX.XXX.XXX-XX, filho de Pai de Tal e Mãe de Tal, residente e domiciliada na XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, CEP xx.xxx-xxx, telefones xxxx-xxxx e xxxx-xxxxx, email xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx; wpp xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx - e **HERDEIRO DE TAL** - nacionalidade, estado civil (sem convívio em união estável // convivente em união estável com XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX), profissão, RG nº xxxxxxxx, SSP/XX, CPF nº XXX.XXX.XXX-XX, filho de Pai de Tal e Mãe de Tal, residente e domiciliada na XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, CEP xx.xxx-xxx, telefones xxxx-xxxx e xxxx-xxxxx, email xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx; wpp

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX - vêm, por intermédio da **Defensoria Pública do Distrito Federal** (LC nº 80/94, arts. 4º, inc. IV), com fundamento na Lei nº 9.278/96 e nos arts. 1723 do Código Civil e 19º, inc. I, do Código de Processo Civil, promover a presente ação

DECLARATÓRIA DE UNIÃO ESTÁVEL PÓS MORTE
--

pelas seguintes razões de fato e de direito:

A. PRELIMINARES

B. GRATUIDADE DE JUSTIÇA

A parte autora **não tem condições de custear as despesas do processo sem prejuízo do próprio sustento**, motivo pelo qual necessita e faz jus à gratuidade de justiça, nos termos do art. 98 do Código de Processo Civil.

A propósito de sua concessão, é expresso o § 3º do art. 99 do Código de Processo Civil no sentido de que “**presume-se verdadeira a alegação de insuficiência deduzida exclusivamente por pessoa natural**”, admitido o indeferimento somente “**se houver nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a concessão de gratuidade**” (art. 99, § 2º, primeira parte) e desde que a parte não tenha atendido a determinação de comprovação do preenchimento dos pressupostos.

C. PRIORIDADE NO TRÂMITE

Consoante cediço, em razão da elevada quantidade de processos submetidos à apreciação do Poder Judiciário, este não consegue muitas vezes a celeridade esperada. Por tal razão, **prevê o ordenamento jurídico processual prioridade de trâmite em casos em que a celeridade seja presumidamente necessária.**

De fato, o art. 1.048 do Código de Processo Civil dispõe:

Art. 1.048. **Terão prioridade de tramitação, em qualquer juízo ou tribunal**, os procedimentos judiciais:

I - em que figure como parte ou interessado **pessoa com idade igual ou superior a 60** (sessenta) anos ou **portadora de doença grave**, assim compreendida

qualquer das enumeradas no art. 6º, inciso XIV, da Lei no 7.713, de 22 de dezembro de 1988¹;

II - regulados pela Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente)².

Na legislação esparsa, há também previsão de prioridade no trâmite das ações em que for parte ou interessada **pessoa com deficiência** (art. 9º, inc. VII, da Lei nº 13.146/15 - Lei Brasileira de Inclusão), bem como **“prioridade especial aos [idosos] maiores de oitenta anos”** (art. 71, § 5º, do Estatuto do Idoso).

No caso, a prioridade se deve à existência de interesse de pessoa idosa (maior de 60/80 anos de idade) // pessoa com doença grave // interesse de pessoa com deficiência, motivo pelo qual **deve ter tramitação prioritária**.

D. LEGITIMIDADE

A primeira parte autora conviveu com a pessoa abaixo identificada, hoje falecida, e as demais são herdeiras deste último.

As partes autoras desconhecem a existência de outros herdeiros e interessados.

¹ Art. 6º. Ficam isentos do imposto de renda os seguintes rendimentos percebidos por pessoas físicas: inc. XIV - os proventos de aposentadoria ou reforma motivada por acidente em serviço e os percebidos pelos portadores de moléstia profissional, tuberculose ativa, alienação mental, esclerose múltipla, neoplasia maligna, cegueira, hanseníase, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, doença de Parkinson, espondiloartrose anquilosante, nefropatia grave, hepatopatia grave, estados avançados da doença de Paget (osteíte deformante), contaminação por radiação, síndrome da imunodeficiência adquirida, com base em conclusão da medicina especializada, mesmo que a doença tenha sido contraída depois da aposentadoria ou reforma.

² Entre os quais a guarda (art. 33 e ss), a convivência e a pensão alimentícia (art. 33, § 4º), a tutela (art. 36 e ss), a adoção (art. 39 e ss), o afastamento de agressor do lar (art. 130),

E. DOS FATOS E DO DIREITO

A Lei nº 9.278/96 reconhece como entidade familiar, por força de mandamento constitucional (art. 226, § 3º), “a convivência duradoura, pública e contínua, de um homem e uma mulher, estabelecida com objetivo de constituição de família”.

O art. 19, inc. I, do CPC, por sua vez, reconhece o direito à obtenção de sentença exclusivamente para fins de declaração da existência, inexistência ou modo de ser de uma relação jurídica.

No caso, a parte autora viveu em união estável com FALECIDA DE TAL desde XX/XX/XXXX, a qual era nacionalidade, estado civil, profissão, RG nº 000000000000, CPF nº 000.000.000-00, e residia na xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx. A convivência teve fim com o falecimento de FALECIDA DE TAL em XX/XX/XXXX (certidão de óbito em anexo).

Durante o período de convivência, o casal teve os seguintes filhos: FILHO1 DE TAL, FILHO2 DE TAL e FILHO3 DE TAL, todos devidamente qualificados no polo ativo da presente ação.

Até a presente data, não consta abertura de inventário no domicílio do falecido, consoante certidão de distribuição anexa. // Houve abertura de inventário do falecido (proc xxxxxxxx, Vara xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx), e a autora pretende habilitar-se nos respectivos autos.

F. OUTRAS INFORMAÇÕES

1. DA OPÇÃO PELA REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO

Em atenção à determinação constante do art. 319, inc. VII, do Código de Processo Civil, as partes autoras registram a **desnecessidade de audiência de conciliação**, pois todas as partes envolvidas manifestam acordo com a declaração pretendida.

B. DAS PROVAS COM QUE SE PRETENDE PROVAR O ALEGADO

Em atenção ao disposto no art. 319, inc. VI, do Código de Processo Civil, registra-se que as partes autoras pretendem provar o alegado pelos meios de prova indicados **na relação anexa, que integra a presente petição para todos os fins**, sem prejuízo da indicação de outras que ao longo da instrução se mostrarem necessárias.

C. DOS PEDIDOS

Pelo exposto, **requer-se:**

1. Preliminarmente:

- a) seja concedida a gratuidade de justiça;
- b) seja deferido o trâmite prioritário // prioritário especial;

2. seja **declarada**, por sentença, **a união estável** entre a primeira parte autora e a falecida **FALECIDA DE TAL**, no período compreendido entre XX/XX/XXXX e XX/XX/XXXX;

Valor da causa: R\$ 100,00.

Gama-DF, 15 de June de 2023.

XXXXXXXXXX

autora

Xxxx Xxxxx

Defensor Público

COMPROVAÇÃO DOS FATOS ALEGADOS (art. 319, inc. VI, do CPC)

FATO	PROVAS	
	EM ANEXO	DURANTE A INSTRUÇÃO
Convivência entre a convivente e o falecido como família no período informado	- xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx xxxxxxxx	- testemunha Fulana - testemunha Beltrana
Falecimento do ex-convivente	Certidão de óbito	
Qualidade de herdeiros dos demais requerentes	- certidão de nascimento; - certidão de casamento; - RG	
Da idade // doença grave para fins de <u>prioridade no trâmite</u>	- documento de identidade - laudo médico	
Filhos do casal nascidos durante a convivência	- certidões de nascimento	
xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	Xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	
xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	Xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	
	Prova dispensada, por tratar-se de fato notório (art. 374, inc. I, CPC)	
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	Prova dispensada, haja vista presunção legal (art. 374, inc. I, CPC c.c. o art. xxxxxxxxx)	

ROL DE TESTEMUNHAS:

1) XXXXXXXXXXXXXXXXXX, profissão, estado civil, idade, CPF nº
XXXXXXXXXXXX, RG nº XXXXXXXXXX, endereço residencial:
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, endereço laboral XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX,
telefones XXXXXXXXXX;

2) XXXXXXXXXXXXXXXXXX, profissão, estado civil, idade, CPF nº
XXXXXXXXXXXX, RG nº XXXXXXXXXX, endereço residencial:
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, endereço laboral XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX,
telefones XXXXXXXXXX;

3) XXXXXXXXXXXXXXXXXX, profissão, estado civil, idade, CPF nº
XXXXXXXXXXXX, RG nº XXXXXXXXXX, endereço residencial:
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, endereço laboral XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX,
telefones XXXXXXXXXX;

/var/www/html/public/files/download/Peca/NCPC ACORDO - UNIÃO
ESTÁVEL Pós Morte - NÃO UTILIZAR POR CAUSA DO POLO ATIVO E
PASSIVO.docx